



EMBU GUAÇU:

***Governar para a
população Trabalhadora***

Diretrizes básicas de programa de governo:

1. Prioridades políticas e orçamentárias voltadas para um governo dos trabalhadores e para os trabalhadores e o povo excluído de Embu Guaçu.

Acabar com a corrupção

-Os governos têm favorecido os setores mais abastados da cidade, como forma de pagamentos pelos financiamentos via caixa dois de campanhas eleitorais e pelos esquemas de enriquecimento ilícitos de muitos políticos, este comportamento corrupto e antiético tem levado cada vez mais ao abandono do povo pobre e excluído que sofre falta de moradia, de saúde, de segurança, de comida, etc., aumentando cada vez mais o abandono.

-Vamos enfrentar, denunciar e desmontar todos os esquemas que favoreçam a corrupção com as grandes corporações empresariais e reverter os recursos para pagar a imensa dívida social para com o povo pobre e trabalhador e dar orgulho à nossa gente em ter um governo democrático.

1. Administração

-Prioridade de investimento nas áreas sociais, destinando mais recursos para a saúde, educação, cultura, esporte, lazer, moradia popular, assistência social, segurança, melhoria do sistema viário e do transporte público.

-Reavaliação de todos os contratos estabelecidos e avaliação criteriosa dos investimentos visando combater o desperdício dos recursos públicos – não às obras supérfluas e superfaturadas; divulgação por meios eletrônicos permitindo a fiscalização e o controle pelos munícipes.

- Política de valorização da administração e do funcionalismo público combatendo a terceirização em amplos setores, principalmente nas áreas da saúde, educação e segurança pública, bem como a extinção de cargos de confiança, visando eliminar o empreguismo político e valorizar o servidor de carreira concursado.
- Mudança da atual política salarial da administração visando atender às justas reivindicações do funcionalismo público municipal por melhores salários que passarão a ser garantidos por meio de critérios contínuos e permanentes que estabeleçam como prioridade a população trabalhadora e o dever do poder público em cumprir as prerrogativas da CF no tocante aos direitos humanos básicos, assim como fomentar ações que propiciem condições de trabalho mais saudáveis e seguras aos funcionários do município.
- Discutir junto com população e estabelecer formas de combate a Lei de Responsabilidade Fiscal que estrangula investimentos públicos nos setores públicos e uma política salarial com um justo plano de carreira ao funcionalismo e de valorização dos servidores públicos municipais.
- Estimular a formação e capacitação profissional permanente dos servidores públicos. - Coibir qualquer prática de nepotismo.

2. Tributação Justa – Ricos devem pagar mais

- Estabelecer IPTU maior para os mais ricos da cidade e para as áreas especulativas.
- Criação do IPTU misto (comercial/residencial), objetivando estabelecer critério proporcional de cobrança do tributo, mais favorável ao micro e pequeno empreendedor.
- Revisão e desburocratização da legislação tributária visando incentivar as pequenas e médias empresas.
- Isenção de cobrança de IPTU para desempregados.
- Infraestrutura gratuita, sobretudo no que diz respeito a asfalto e iluminação pública.

3. Educação

- Valorização profissional e salarial dos professores e profissionais que atuam na educação. Elevaremos as ADI's – Auxiliar de Desenvolvimento Infantil que cuidam de nossas crianças nas creches à categoria de educadoras com jornada reduzida e formação acadêmica subsidiada pela Prefeitura.
- Escola em período integral divididas em 03 períodos (Educação Básica, Educação Esportiva e Cultural e Períodos Lúdicos com brincadeiras saudáveis), com a possibilidade de as mães/pais ficarem com os filhos um dos períodos na escola.
- Eliminar em um grande mutirão o analfabetismo, sobretudo, entre os jovens e adultos, em nossa cidade, fortalecendo e dinamizando Programa Educacional de Jovens e Adultos (EJA) em nosso município com um projeto pedagógico adaptado à faixa etária e que valorize as experiências dos alunos.
- Revisão da política de municipalização do ensino com exigência de maior contrapartida do Estado. - Em defesa da qualidade de ensino, contra as avaliações de desempenho, forma distorcida que acaba responsabilizando os professores pela crise educacional.
- Gestão democrática, incremento à formação dos educadores e educadoras com jornada reduzida e salários dignos.
- Estabelecer a hora de 50 minutos para descanso e repouso do professor, possibilitando ao professor ao menos 10 minutos de descanso a cada hora de aula ministrada.
- Garantia de universalização de direitos, proporcionando acesso de todos aos bancos escolares.
- Consenso de diretores das escolas municipais de forma democrática, estabelecendo eleição direta pela comunidade escolar, e valorizando a carreira pedagógica.

-
- Revogar as alterações estatutárias que desestimulam o trabalhador público e valorizar o funcionário da educação, elaborando um plano de carreira, em conjunto com os profissionais, que seja justo e incorporando as bonificações aos salários e aposentadorias.
- Buscar, à medida que se remunerar dignamente e dando condições de capacitação, que professores se dediquem exclusivamente às escolas do município, efetuando esforços para que eles criem vínculos sólidos e duradouros com sua unidade escolar.
Assegurar aos profissionais da educação liberdade de crítica e participação na formulação de políticas públicas visando ao aprimoramento do sistema educacional.
- Garantir ampla liberdade na elaboração de projetos político-pedagógicos, conferindo aos professores autonomia para a escolha de material didático e outros instrumentos de suporte ao ensino.
- Constituir um banco de dados unificado referente às vagas escolares a fim de evitar o clientelismo político na sua ocupação, e, simultaneamente, garantir a organização e gestão de informações pertinentes que permitirão avaliar a necessidade de abertura de novas vagas ou identificar a existência de ociosidade.
- Criação de Centros Municipais e/ou Núcleos, nos Bairros visando ampliar a inclusão digital.
- Criar bibliotecas e ampliar o acervo das já existentes, buscando modernizar toda a rede e procurando ainda elaborar um cadastro unificado contendo a indicação de todos os livros existentes na rede municipal, disponibilizando-o para consultas por meio da internet que funcionará também aos fins de semana.
- Redução da relação número de alunos/professor (máximo 25 alunos por sala), evitando a superlotação das salas de aula de modo a assegurar que o professor faça um acompanhamento zeloso de cada aluno.
- Ampliar as vagas e democratizar o acesso ao ensino complementar (idiomas, informática, bailado), garantindo e aprimorando sua qualidade.
- Retomar junto aos profissionais da educação, intelectuais, servidores e sociedade a discussão acerca das atribuições da creche e de seu adequado funcionamento.
- Ampliar as vagas nas creches e escolas de educação infantil, estabelecendo o funcionamento das creches em horário noturno.
- Assegurar o transporte escolar gratuito para todos os alunos de Embu Guaçu.
- Pressionar as esferas estaduais e federais por repasses justos de verbas para a educação para garantir a qualidade de ensino.

4. Cultura

- Teremos um Conselho Municipal da Cultura que reunirá os artistas e a sociedade e elaboraremos um macro projeto de cultura e não simples agenda de atividades, a política de entretenimento e eventos deve edificar e cumprir o papel de formar cidadãos e de enfrentar a violência, a atração às drogas, sempre atuando dentro de um projeto geral.
- Criaremos o centro cultura de “todas as tribos” para expressar diferentes experiências, com o estímulo e à formação de grupos, associações, cooperativa de artistas, com apoio financeiro do município.
- Propor a Lei de Incentivo Cultural ampliando as áreas a serem contempladas, as faixas comunitárias abrangidas e os valores destinados. LIC para projetos dos adolescentes que querem, por exemplo, formar um grupo de teatro, um coral, uma banda musical etc.
- Descentralização por região e por bairros da política cultural estabelecida democraticamente pela sociedade nas anuais conferências de cultura.
- Valorizar a cultura roqueira, rural, tropeiro e as manifestações religioso-culturais.
- Criar vinculação orçamentária específica para a área da cultura, estabelecendo diálogo com profissionais, objetivando democratizar o acesso à cultura à população trabalhadora.
- Viabilizar mais cursos e vagas, visando possibilitar o acesso da população à formação artística.

- Investir para que nossa cidade tenha agenda e divulgação permanentes de eventos culturais, propiciando a formação de um público participativo que prestigie as diversas formas de expressão.
- Estabelecer parcerias com outras entidades, buscando promover o intercâmbio de obras pertencentes a museus sob administração de outros municípios, estados ou União.
- Fomentar a realização de exposições e outras manifestações artísticas, abordando o tema da diversidade e dos grupos marginalizados.
- Organizar e dinamizar festivais musicais divulgando novos talentos da cidade.

- Romper a dicotomia produtor/espectador, investindo na criação das escolas livres de música, artes cênicas e audiovisuais, em oficinas/cursos e em bibliotecas e escolas municipais. - Criar grupo de resgate e preservação da memória da cidade e de sua população.
- Promover Feiras Literárias que disseminem o hábito de leitura e aproximem o autor do público através de palestras, debates e atividades culturais afins, tais como saraus, recitais e dramatizações.
- Apoio às escolas de samba com ênfase numa política cultural, eliminando qualquer tipo de censura política e estimulando a atuação permanente destas agremiações.
- Projeção de filmes nacionais e internacionais ausentes no circuito comercial.
- Acabar com os cargos comissionados e promover concursos públicos para os especialistas da área.

5. Saúde

- Valorizar o médico, o enfermeiro e todos os profissionais de saúde, com jornadas de trabalhos humanizadas e valorização profissional e salarial.
- Dobrar o nº de médicos na cidade, hoje temos poucos profissionais que se dispõem a trabalhar na cidade por causa dos baixos salários e as condições precárias de trabalho.
- Dobrar o nº de leitos em estabelecimentos públicos, segundo a organização mundial de saúde é necessário 1 leito para cada 400 habitantes. Embu Guaçu é uma cidade que sofre com a precarização desse setor no atendimento, e vamos melhorar as condições desse serviço à população com qualidade e respeito à família.
- Fim dos contratos com as OS para gerir a Saúde Pública Municipal e eliminar a transferência de responsabilidade pela saúde com tal terceirização (no caso clínica particular) - Construção do sempre prometido e nunca efetivado, Hospital Municipal.
- Investir muito em saneamento básico e asfalto como medida preventiva à problemas de saúde.
- Colocar médicos pediatras e clínicos gerais nas escolas para atuar na saúde preventiva.
- Compromisso com os princípios que inspiraram a criação do Sistema Único de Saúde pela Constituição de 1988: Universalização (atendimento a todos independentemente do local de moradia); Integralidade (direito do paciente a atenção plena e ser visto em sua totalidade) e Igualdade.
- Priorizar investimentos na rede pública municipal de saúde com o intuito de não mais recorrer às entidades privadas e filantrópicas com objetivo complementar.
- O Conselho Municipal de Saúde, tem que ser deliberativo paritário, e com representantes eleitos pelos usuários e Sindicato dos trabalhadores.
- Promover concurso público visando à contratação de mais médicos, enfermeiros e atendentes para atuarem no Pronto Socorro Municipal e/ou postos de saúde, na área de especialidades e na rede básica, na expectativa de eliminar as deficiências verificadas atualmente no atendimento à população.
- Treinamento e formação permanente dos servidores da saúde de modo a tornar o atendimento mais humanizado, garantindo que esse aperfeiçoamento seja contado no momento de ascensão na carreira. - Informatização de forma eficiente de todas as unidades de saúde.
- Ampliação dos atendimentos noturna nas Unidades Básicas de Saúde.
- Ampliar a lista de medicamentos disponíveis à população.
- Lutar pela eliminação da burocracia atualmente existente para obtenção de medicamento de alto custo, denunciando-a como um artifício utilizado pelo governo estadual para não fornecer o medicamento à população; redução da lista de espera nos ambulatórios e centros de saúde.

6. Segurança

- Políticas públicas de educação, cultura e lazer para os jovens e de estruturação social das famílias (moradia, asfalto, assistência social) e principalmente geração de empregos para adolescentes e jovens. - Coibir e denunciar a utilização das polícias civil e militar para repressão de greves e movimentos sociais.

Tratamento especializado, humano e educacional para os dependentes de drogas com programa de longa duração para a sua inserção na sociedade com emprego e dignidade.

- Capacitação da Guarda Civil Municipal (GCM) com treinamento humanizado, ficando proibido o desvio de sua função que é a segurança do patrimônio público. Não cabe à guarda municipal reprimir manifestações de trabalhadores e movimentos sociais.

- Revogar a lei do “bico” dos Policiais Militares, tendo em vista que acaba com o direito a folga (descanso) do policial, o que ocasiona uma sobrecarga de trabalho. Se a segurança é pública a polícia não pode ser privatizada. Denunciar e coibir a utilização das polícias a serviço das empresas privadas. - Valorização salarial e efetiva implantação da carreira dos guardas municipais, com a eleição do Comandante e Subcomandante pela própria corporação e dentre os seus próprios membros, de acordo com a evolução da carreira;

Criar um sistema de monitoramento inteligente visando coibir a ocorrência de delitos e o tráfico de drogas.

- Garantir a capacitação de ex-presidiários moradores do município para sua re-inserção social.

7. *Esporte e Lazer*

- Descentralizar todas as ações de esporte e lazer por bairros e regiões, com objetivo de integrar e valorizar o local onde se vive.

- Fomentar a prática do esporte nas diversas faixas etárias, visando democratizar o acesso ao esporte e aos seus benefícios bem como possibilitar o surgimento de talentos esportivos.

- Construir novas áreas destinadas à atividade física amadora, como pistas de *cooper* e ciclovias.

- Elaborar um programa de educação física junto aos professores das escolas no sentido de criar o hábito esportivo não necessariamente voltado para as competições.

- Distribuir os recursos destinados ao esporte, contemplando as mais diversas modalidades esportivas.

- Democratizar o acesso aos materiais e instituições esportivas municipais.

- Buscar a integração entre esporte, lazer e educação através de eventos periódicos e campanhas informativas.

- Desenvolver programas voltados para a participação de pessoas portadoras de necessidades especiais nas diversas modalidades esportivas.

8. *Juventude*

- Integrar a juventude em todas as políticas da cidade (saúde, educação, emprego, segurança etc.).

- Incentivar a participação social no ambiente escolar com a criação de grêmios, coletivos culturais etc.

- Incentivar eventos que reúnam a Juventude com objetivo de formular políticas públicas para o jovem. - Desenvolver um programa de integração adequada do jovem ao mercado de trabalho, combatendo a precarização do trabalho ofertado à juventude através de estágios irregulares e de empresas de telemarketing.

- Combate à violência que afeta a juventude, como delitos ligados à drogas, furtos, roubos etc..., através da implantação de políticas que integrem o jovem à sociedade e desenvolvam sua capacidade criadora e de trabalho.

-
- Promover programas destinados a atividades culturais, esporte e integração social da juventude, para propiciar o convívio social, cultural, lazer e diversão para a juventude, descentralizado por bairros. - Ajuda para tratamento de jovens dependentes químicos e maior apoio às entidades que desenvolvem programas de recuperação e amparo de jovens.
- Construção de uma casa de recuperação (Casa Grande), para o atendimento Clínico Especializado e Público, para recuperação em todos os níveis de vícios ou moradores de Rua.

9. Terceira Idade

- Ampliação de Centros de Convivência da Terceira Idade e dinamização das atividades educativas, culturais e de lazer;
- Atendimento à Terceira Idade, com atuação de especialistas da área de saúde e acesso rápido a exames e consultas visando adequado atendimento dos idosos.
- Integrar profissionais da terceira idade de determinada especialidade de modo a convidá-lo a dar palestras para os jovens de escolas e/ou que atuam na administração municipal.
- Promover eventos públicos com atividades físicas adequada e como acompanhamento e orientação do profissional especialista na área (danças, equipamentos de academia/Ginástica em locais abertos, esportes etc.).

10. Habitação

- Os governos atuais têm priorizado e favorecido os especuladores e grandes construtoras. Vamos atender a população pobre e aplicaremos um plano habitacional que porá fim ao déficit habitacional. Construção de 10 mil moradias por quadriênio com subsídio e financiamento através de verbas do orçamento municipal e de convênio com o Estado e a União.
- Triplicar o orçamento para a habitação, inclusive, estabelecendo IPTU maior para os mais ricos da cidade e para as áreas especulativas, e exigir a contrapartida do Estado e da União.
- Desapropriar terrenos e glebas de interesse social.
- Incentivar sistema de mutirão para construção de casas populares.
- Exigir do governo estadual e federal o cumprimento das metas habitacionais traçadas.

11. Intervenções Urbanas, Transporte Público e Mobilidade

- Adotar o Plano Diretor Participativo, chamando a população a opinar, votar e estabelecer as diretrizes urbanísticas para a cidade.
- Aumentar de imediato a frequência do transporte urbano sem aumento do valor da passagem.
- Priorizar o modelo de transporte em massa combatendo a atual política de uso indiscriminado do automóvel, que está levando ao travamento do trânsito nas vias públicas.
- Discussão junto a população para posterior processo de municipalização do serviço de transporte coletivo, hoje concedido às empresas privadas que só se interessam pelo lucro. Até o processo conclusivo reavaliar todos os contratos em andamento e a fiscalização rigorosa quanto ao cumprimento das leis trabalhistas e da qualidade do serviço prestado à população. Proibição imediata da circulação de veículos sem cobradores. Proibição de aumentos indiscriminados do valor da passagem. Passe livre para estudantes e desempregados.

- Reorganizar e racionalizar o sistema viário municipal objetivando dar maior fluidez ao trânsito e adequar as áreas de estacionamento públicos, e no caso de Zona azul que a arrecadação seja toda investida dentro do município, para melhoramento de transporte público de qualidade e melhoria em Mobilidade.
- Instalação de sinalização que resguarde os ciclistas e que alerte sobre seu deslocamento prioritário nas conversões.
- Assegurar adequada manutenção das ruas e calçadas, eliminando os obstáculos, degraus, buracos e outras irregularidades que dificultam a locomoção de carros, pedestres e cadeirantes.
- Reforma do Terminal e integração no terminal, eliminando a obrigatoriedade de cobrança de duas passagens.

12. Mulheres

- Implementar um programa de tolerância zero com a violência sofrida pelas mulheres, com denúncia de agressores e proteção à vítima e seus filhos.
- Criação de Centro de referência pedagógico da mulher, com oficinas, artesanatos, formação com palestras preventivas, prevenção de gravidez precoce etc.
- Implementação da Delegacia da Mulher, com atendimento de PM feminina e diferenciado, num espaço físico independente de outro atendimento comum.
- Criar programa de trabalho voltado para as mulheres que não podem ou não tem possibilidade de deixar seus filhos em creche, por exemplo, o programa de mães crecheiras por meio de associação ou cooperativas.
- Programa específica de saúde integral da mulher.
- Construção de Casa Abrigo, com atendimento psicológico, jurídico e formação profissional, visando prevenir e combater a violência doméstica.
- Estabelecer políticas de combate às desigualdades de gênero.
- Adoção de um programa de saúde da mulher que dê conta de sua diversidade, abordando temas como gravidez, planejamento familiar, menopausa e prevenção de câncer na mama, colo do útero e doenças sexualmente transmissíveis.

Política habitacional municipal que considere preferencialmente a mulher como beneficiária dos instrumentos jurídicos relacionados à posse e transferência dos imóveis destinados à moradia familiar.

13. Pessoas portadoras de necessidades especiais

- Implementação de um programa com o objetivo de assegurar cidadania e dignidade à pessoa portadora de necessidades especiais, que abranja as diversas áreas de atuação da administração.
- Garantir condições adequadas de mobilidade urbana às pessoas com deficiência, instalando adequadamente rampas e sinalização tátil e sonora no ambiente urbano, eliminando barreias nas edificações públicas e privadas, nos transportes e na comunicação.
- Assegurar o cumprimento da lei da acessibilidade (Lei nº 10.0898/2000), no âmbito municipal, bem como as demais disposições legais que visam à inclusão da pessoa com deficiência na educação, mercado de trabalho e demais direitos.
- Disponibilizar a publicação em braile das leis e demais atos oficiais da administração municipal e aumentar significativamente o acervo em braile nas bibliotecas municipais.
- Capacitar os professores da rede municipal de ensino para acolher e educar os estudantes portadores de deficiências.

14. População afrodescendente

- Desenvolver políticas voltadas para a população afrodescendente, assegurando a afirmação respeitosa de valores, tradições, raízes e direitos, com programas afirmativos que combatam a discriminação em suas diversas formas de manifestação.
- Tratamento integral à anemia falciforme na rede pública de saúde e assegurar a atenção à saúde das mulheres afrodescendentes.
- Instituir feriado o dia 20 de novembro – Dia Consciência Negra, desenvolvendo atividades educativas, sociais e culturais que estimulem a reflexão sobre a inserção do negro na sociedade brasileira.

15. Desenvolvimento econômico, emprego e renda

- Estimular a formação profissional autônoma nas diversas áreas de prestação de serviços, com orientação jurídica, profissional e de mercado.
- Mobilização de toda a sociedade, juntamente com os sindicatos, para garantir a manutenção e ampliação dos empregos, uma vez que nossa gente já deu fabulosos lucros de empresas de rede com cunho Capitalista, que aqui se instalaram.
- Implementar efetivas políticas municipais de geração de emprego e renda, planos de obras públicas. - Estimular o retorno das famílias ao campo, dando apoio integral ao pequeno produtor com orientação, apoio na produção e no escoamento dos produtos para o mercado.
- Defender a mudança do atual modelo (ante ambiental e capitalista) econômico nacional que impede e condiciona a geração de empregos e o desenvolvimento das regiões.
- Não à guerra fiscal e outras formas predatórias de atrativos econômicos; desenvolver ações que evidenciem os potenciais do município para atrair novos investimentos.
- Criar um programa para facilitar a colocação do estudante em estágios e empregos.
- Investir na melhoria das condições de infraestrutura local.

16. Meio Ambiente

- Proibição do plantio de monoculturas de eucaliptos, pinus ou similares no município, exigindo-se a retirada e recuperação das áreas ocupadas e/ou degradadas através do reflorestamento com espécies nativas.
- Proibição definitiva de construção por parte da administração pública direta e indireta de edificações, loteamentos, viadutos e vias públicas em áreas de APP (tais como nascentes, áreas de proteção ambiental, rios, córregos e lagoas) aplicando-se o estabelecido no Código Florestal Federal. - As vias e praças públicas só terão sua efetiva liberação após sua completa arborização.
- Para os novos loteamentos e empreendimentos imobiliários ou aqueles em processo de análise pela administração pública sejam eles de iniciativa pública ou privada sejam exigidos para sua licença de operação definitiva:
- As vias públicas do empreendimento devem ser calçadas com bloquetes, sextavados ou assemelhados permitindo a permeabilização do terreno.
- Arborização obrigatória em todas as calçadas, ruas, praças e jardins;
- Toda a fiação e cabeamento elétrico, tv, telefonia, sejam implantados no subsolo com as devidas exigências técnicas e ambientais.
- Os loteamentos/condomínios deverão ter no mínimo 20% de sua área composta por vegetação nativa. - O loteamento deverá possuir sistema de drenagem para captação de água da chuva através de cisternas e/ou lagoas e possua sistema de aproveitamento hidráulico de água de reuso;
- As moradias do condomínio devem possuir no mínimo um sistema de aproveitamento de energia solar para aquecimento ou geração de energia elétrica por unidade construída.
- Incentivo a manutenção e ampliação de vegetação nativa para lotes e terrenos em áreas urbanas e rurais, principalmente onde existam nascentes, córregos, lagoas e APP com a implementação do pagamento por serviços ambientais ao proprietário incentivado pelo município.

- Os novos empreendimentos e a ampliação dos atuais terão exigência de audiências públicas deliberativas e que o processo seja objeto de avaliação previa do Conselho Municipal do Meio Ambiente. - Proibição da ocupação urbana e rural das áreas de várzeas e APP das bacias hidrográficas dos Rios Santa Rita e Embu Guaçu, e seus afluentes.
- Ainda em conformidade com a legislação urbanística nacional e municipal qualquer proposta de alteração na Lei de Zoneamento relativa as alterações ambientais serão ser precedida de consulta pública previa aos Conselhos e comunidade, debates e audiências públicas deliberativas, garantindo-se a participação popular e a gestão democrática das cidades. com servidores concursados garantindo-se sua independência de atuação.
- Proibição da extração e exploração mineraria no município, particularmente a areia;
- Lei de Zoneamento Municipal contemplará os Princípios de Prevenção, da Prevenção e do Estatuto da Cidade como pressupostos limitantes ao crescimento desenfreado do município invertendo-se a lógica do planejamento urbano baseado nas práticas e lógicas de investimentos dos mercados de classe de alta renda e do desenvolvimento insustentável a qualquer custo.
- Proibição de projetos de incineração do lixo urbano.
- Ampliação da coleta seletiva e da reciclagem e reuso dos resíduos, conjugando tais atividades com um amplo programa de educação ambiental.
- Incentivar e exigir que as empresas da Construção Civil e Empreiteiras se responsabilizem pela reciclagem e reutilização de resíduos provenientes de suas obras.
- Exigir das empresas de ônibus a renovação da frota para aquisição de novos ônibus que funcionem com biodiesel.
- Incentivar o uso de “asfalto verde” (aquele que contém materiais reciclados) nas obras de pavimentação.

17. Prevenção de Enchentes e Defesa Civil

- Manutenção preventiva da rede de captação de águas pluviais, do sistema de drenagem e do sistema de bombeamento, para assegurar seu adequado funcionamento nos períodos de maior precipitação.
- Implementação de calçadas verdes para elevar a absorção das águas das chuvas.
- Melhorar a atuação dos órgãos de defesa civil, destinando mais verbas, aumentando o efetivo e investindo em treinamento e equipamento, de modo a garantir maior agilidade no auxílio aos moradores e na limpeza das vias em caso de ocorrência de enchentes.
- Assegurar auxílio financeiro aos moradores que sofrerem prejuízos decorrentes das enchentes.
Melhorar o abastecimento e volume de água potável e número de reservatórios do SABESP visto o aumento da população e a concentração e pessoas em vários bairros da cidade.

18. Cidadania e inclusão social

- Ampliação dos programas de assistência social da prefeitura com a destinação de mais recursos. - Respeito aos direitos dos cidadãos e cidadãs através da facilitação do acesso aos serviços públicos e combate às práticas clientelistas incrustadas na administração.
- Não à indústria de multas; colocar o foco da política de redução das infrações de trânsito na educação de motoristas e pedestres.
- Desenvolvimento de políticas públicas contra todos os tipos de discriminação, seja de gênero, etnia, credo, orientação sexual e a pessoas com deficiência, com abordagens multisetoriais e realização de campanhas informativas e atividades culturais.

- Atenção integral aos idosos, aos jovens e às crianças e adolescentes.
- Atendimento às demandas da população carente.
- Proporcionar políticas públicas adequadas ao atendimento dos moradores de rua.
- Estímulo à auto-organização da comunidade, através do respeito a autonomia de suas entidades representativas nos bairros e categorias profissionais.
- Estimular a construção organizada, pelos moradores, de Conselhos diversificados, com formação de Fórum/Núcleos populares com presença de fundo Municipal Participativo.

19. Participação popular

- Implantação dos Conselhos Populares, visando à elaboração do orçamento municipal com a participação da população nas decisões que envolvam prioridades orçamentárias e definição dos investimentos. - Realização de audiências públicas de prestação de contas da execução do orçamento, abrangendo os bairros e os setores sociais do município.
- Dinamizar os conselhos setoriais nas áreas de educação, saúde, assistência social, criança e adolescente, segurança e outros, conferindo-lhes poder deliberativo e fortalecendo o poder de decisão dos representantes da população em seu interior.
- Estabelecer a prática de realização de audiências públicas prévias para a implantação de novos projetos administrativos que gerem impacto social à vida dos munícipes.

20. Transparência administrativa

- Apuração de todas as denúncias de irregularidades inclusive com o acionamento do Ministério Público e apoio à instalação de CPI na Câmara Municipal.
- Criação do Conselho Municipal da Transparência Administrativa com representantes da sociedade civil para acompanhamento e fiscalização de compras e obras de grande vulto.
- Garantir o direito de informação e de certidão a todos os munícipes, preferencialmente on-line.
- Implantação dos *softwares* livres e informatização de toda a Prefeitura para que as pessoas possam ter acesso aos serviços municipais.
- Estabelecer a prática de coletivas de imprensa periódicas, aberta a todos os órgãos de comunicação, com a participação do prefeito e dos secretários municipais.
- Criação de mecanismos de fiscalização e acompanhamento pelos próprios munícipes interessados, nos procedimentos de concursos públicos, concessão de bolsas de estudo, destinação de boxes e pontos comerciais e outros assuntos de interesse da comunidade.

21. Anexo LGBTQIA+

Defendemos uma luta LGBTQIA+ ecossocialista e revolucionária, que interseccione raça, classe, gênero e sexualidade. Que esteja atenta às demandas populares e periféricas, e alinhada às lutas dos movimentos negro e indígena. Que tenha como prioridade a luta pelo reconhecimento de direitos e cidadania para as pessoas trans, que são cotidianamente vítimas da opressão e do preconceito cis-heteronormativo.

Acreditamos que nossas candidaturas devem estar atentas às seguintes pautas:

1. Criação ou fortalecimento de Conselhos Municipais de Políticas Públicas LGBTQIA+ com estrutura de atuação e capacidade deliberativa, e de Secretarias Especializadas no âmbito

- municipal para formular e executar políticas destinada às pessoas LGBTQIA+; 2. Criação de Programas Municipais LGBTQIA+ que sistematizem as políticas locais para a área, assim como estipulem metas e prazos a serem cumpridos pelo Poder Executivo. 3. Criação de Programas e Observatórios Municipais de Combate à Violência contra LGBTQIA+; 4. Realização de capacitações e cursos de formação em direitos humanos, gênero e sexualidade em todas as esferas do funcionalismo público para combater e prevenir a reprodução da violência contra pessoas LGBTQIA+ no âmbito da administração municipal;
5. Desenvolvimento de materiais didáticos e paradidáticos de escola em direitos Humanos para conscientizar e combater a violência dentro das escolas municipais;
 6. Estímulo ao debate sobre gênero, identidade de gênero e orientação sexual na rede municipal de ensino;
 7. Criação de ambulatórios especializados no atendimento à população trans a partir de uma perspectiva não patologizante, sem a obrigatoriedade de diagnóstico psiquiátrico para o acesso aos serviços;
 8. Desenvolver políticas públicas direcionadas à saúde da mulher com foco nas especificidades da saúde das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais;
 9. Criação e/ou ampliação de programas e serviços de assistência social específicos para o atendimento à população LGBTQIA+;
 10. Criação de programas focados na formação profissional, na geração de emprego e no acesso à moradia para pessoas trans em situação de exclusão e vulnerabilidade social.

Embu Guaçu, 07 de setembro de 2020.

CONSELHO DE PROGRAMA DE GOVERNO PSOL – EMBU GUAÇU/SP
JOÃO BATISTA COSTA – PREFEITO
MAURA APOLINARIA DA CRUZ – VICE PREFEITA.